

TESES SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Leandro Dias de Oliveira *

Resumo: Atualmente, baseado na proposta de uso racional dos recursos naturais para a satisfação das necessidades das gerações presente e futura, o Desenvolvimento Sustentável desponta como novo parâmetro de organização econômico-social para todos os países (centrais e periféricos). Este potente discurso, que vem reunindo inúmeros defensores, é uma Ideologia porque mantém a dominação de classe e a alienação, enxergando a Natureza como mercadoria.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Geopolítica; Ideologia; Alienação; Natureza, Capitalismo.

Abstract

Nowadays, supported in a reasonable use of the natural resources to satisfy the necessities of the present and future generations, the Sustainable Development blunts as a new economic-social parameter of organization for the all centrals and peripherals countries. This powerfull speech, that gathers countless defenders, is an Ideology because keeps the class domination and the alienation, descrying the Nature as a commodity.

Keywords: Sustainable Development; Geopolitics; Ideology; Alienation; Nature, Capitalism.

* Leandro Dias de Oliveira é aluno do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) e Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Realengo. E-mail: leandrodias@ige.unicamp.br.

PRÓLOGO

I

A concepção de Desenvolvimento Sustentável, um espectro que atualmente influencia as esferas política, econômica, social e ambiental dos mais diversos países do mundo, tem sua gênese em grandes conclaves internacionais, cujo cerne dos debates foi equacionar os anátemas ambientais a partir de preceitos econômicos dominantes. Influenciada pelo Clube de Roma¹, a Conferência de Estocolmo² esteve marcada pelo dissenso entre países centrais e periféricos nas soluções para o veloz e destrutivo desenvolvimento capitalista mundial. Na década seguinte, o Relatório Brundtland³ [Nosso Futuro Comum (!!)] foi o documento das Nações Unidas que apontava a solução – definitiva, indelével, incontestável – para as catástrofes sócio-ambientais emergentes e a obliteração dos valiosos recursos da natureza: o Desenvolvimento Sustentável, definido como o modelo que “*atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*” (Brundtland: 1988, p. 46). Esta concepção é coroada e celebrada na Conferência do Rio de Janeiro⁴, através da assinatura de um receituário denominado *Agenda 21*⁵, onde a partir de então todos os países centrais ou periféricos deveriam

adotar os seus pressupostos e implementar suas estratégias de consecução.

II

Se a origem do Desenvolvimento Sustentável tem base nestes grandiosos congressos, muito influenciada pelo pós-guerra e os receios subseqüentes, podemos afirmar que seu alicerce teórico é mais antigo (remete ao final do Século XIX), e está contido nas idéias conservacionistas do liberal norte-americano Gifford Pinchot (DIEGUES, 1996, p.30). A defesa do uso racional da natureza advém do despertar da necessidade da existência da mesma para a manutenção do perfeito funcionamento da máquina capitalista. A natureza é o combustível primaz, onde a partir do trabalho humano e mediação da técnica são construídas as mercadorias fontes de riqueza e de poder.

Neste processo de exploração do homem e da natureza pelo capital, a execução das riquezas naturais pela ação industrial, segundo a cartilha do pensamento dominante, será contornada pela evolução da **técnica**⁶, através de mecanismos de filtragem da poluição e pelo uso metódico dos “recursos” cada vez mais escassos – guardando para um mercado futuro em espaços específicos (RODRIGUES, 1992, p. 80) –, para que assim seja prolongada a

existência da fonte natural da máquina capitalista, que não pode diminuir sua produção.

III

O Desenvolvimento Sustentável é a máscara de um processo corrente de transformação do paradigma técnico newtoniano-cartesiano, onde toda a natureza era parte da engrenagem física da produção fabril. Com base em combustíveis fósseis, e sujeitando todo o trabalho produtivo à repetição, este paradigma consolidou a hegemonia burguesa e reproduziu a realidade com a primazia de seu interesse (MOREIRA, 2004). Mas a atual crise paradigmática do mundo moderno advém justamente das limitações de um modelo cuja lógica é aprisionar ou acelerar os ciclos naturais, suprimir ao máximo as iniciativas dissonantes e mecanizar todo o espaço geográfico como uma grande fábrica multi-setorial. A previsão de rareamento da matriz fóssil, que funciona como alicerce da sociedade industrial, colocou aparentemente este paradigma absoluto em debate e questionamento.

Um novo paradigma – complexo, sistêmico, holístico, biológico, sustentável – será fruto desta nova necessidade de mutação do sistema capitalista. Não se trata de processo

natural nem tampouco dialógico, mas da reflexão de práticas engendradas a partir das novas necessidades da atualidade. Um novo paradigma hegemônico está sendo gestado, com base em tecnologias flexíveis, nova apropriação da força de trabalho, novos combustíveis de fontes biológicas e renováveis e um *corpus* epistêmico que proporcione uma leitura inteligível de todo o processo. O Desenvolvimento Sustentável aparece como o elo entre o novo e o antigo, entre o obsoleto e a nova teia de significações⁷.

REFLEXÃO

IV

Como uma estratégia pronunciada em uníssono para adequação de todo o sistema capitalista a uma nova geopolítica do meio ambiente, o Desenvolvimento Sustentável configura-se como reforço na manutenção da exploração dos países periféricos / subdesenvolvidos, agora adequado à estética do Neoliberalismo. Desde a Crise do Petróleo (1973), quando os países periféricos detentores das maiores reservas ameaçaram o bom funcionamento do mercado internacional (o que aprofundou, inclusive, a crise do modelo fordista), ficou evidente a necessidade de maior controle das riquezas naturais presentes nos territórios subdesenvolvidos⁸. A

industrialização dos territórios desenvolvidos obliterou os recursos da natureza que eram encontrados nos mesmos. Os países hegemônicos possuem as máquinas, mas não têm como fazê-las funcionarem sem o auxílio dos países subjugados⁹.

Destarte, a necessidade de maior gestão e regulação da natureza dos territórios dos países periféricos. São nestes países que a construção do Desenvolvimento Sustentável é mais necessária, para que estes sejam ordenados de acordo com interesses dominantes. A “proteção” da natureza passa a ser uma necessidade mundial, para que a mesma seja apropriada, racionalmente, para a utilização adequada de todos¹⁰.

V

A natureza, segundo as proposições do Desenvolvimento Sustentável, é eminentemente um recurso à disposição do capital, uma espécie de combustível para máquina econômica, uma mercadoria geradora de incontáveis riquezas. A ordenação dos territórios no intuito de gerenciar a exploração das riquezas naturais será direcionada aos recursos fundamentais para o Capitalismo. Como a natureza é um processo em reconstrução constante, e transformada pelo trabalho dos homens em interação metabólica,

não se pode isolar a sociedade, pois deixaria de existir natureza. Excluir o homem – parte da natureza – é destruir a riqueza da mesma¹¹.

Mas, logicamente, não é fundamental para o capitalista respeitar as diferentes concepções de natureza entre as diversas sociedades; o cerne de sua investida ambiental é salvaguardar recursos em reservas, tornar fecundo o replantio e reflorestamento, administrar racionalmente as jazidas minerais e produzir (artificialmente) novas áreas “verdes”, criando uma verdadeira seleção do que será conservado e reproduzido.

VI

O modelo de desenvolvimento que se pretende sustentável também deve apontar soluções aparentemente profícuas para as injustiças sociais, evitando o aumento do empobrecimento global e o anátema da exclusão. Mas, inserido neste universo de exploração, o Desenvolvimento Sustentável promove a manutenção da exploração da natureza e dos trabalhadores pelo capital. As estratégias de mudança ainda estão inseridas em proposições malthusianas de combate ao aumento da população, associadas a paliativos inertes e ações sectárias que escondem as verdadeiras causas do problema: afinal, o modelo de desenvolvimento atual não atende as

necessidades do presente, tornando muito improvável que atenda as necessidades das gerações futuras.

Contudo, o maior perigo de uma suposta promoção do Desenvolvimento Sustentável, originado no intercâmbio de idéias dominantes e absorvido pelos Estados-Nações, pelas empresas de diferentes portes e defendido por diferentes atores na sociedade civil é o afastamento da luta por melhorias sociais. A luta é retirada do “mundo do trabalho” para o suposto “mundo da natureza”¹², do social para o ecológico-ambiental.

PERSUASÃO

VII

O Desenvolvimento Sustentável é uma nutriz de idéias dominantes, e se configura como uma Ideologia camuflada sob o manto da “salvação da natureza”. Ou seja, é um olhar para com a realidade, construído a partir de idéias dominantes, que oculta a luta de classes, transmitindo seus ideais como bem comum¹³.

A classe dominante, além da dominação material, necessita formular idéias que substanciem intelectualmente sua ação real. Estas idéias não são, de forma alguma, falsas ou ilusões para os mesmos, pois são traçadas a partir de suas experiências e necessidades. Também não são criadas mecanicamente, mas

corolários de processos de construção lenta e instintiva e não automaticamente planejadas¹⁴.

Para as classes desprovidas do poder, as Ideologias funcionam como mecanismos de dominação, pois as afastam da luta pela transformação. São idéias falsas e ilusórias, pois não condizem com sua realidade vivida. A Ideologia é busca de hegemonização no campo das idéias.

VIII

A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável é comumente defendida mesmo por aqueles que lutam por mudanças sociais. Mesmo criticando a concepção, apontando-a como vaga, imprecisa ou polissêmica, adotam, na prática, estratégias que condizem com seu receituário. O Desenvolvimento Sustentável “se esconde”, pois teme ser descoberto. Sua definição vaga¹⁵ e sinuosa o isenta de possíveis lacunas e contradições. Suas vastas proposições estão nas práticas cotidianas, sem que os sujeitos saibam. Nas escolas, na mídia, nos institutos de planejamento, nas associações e sindicatos, nas universidades, nas organizações de diversos matizes, incrementam seu discurso e aceitação. É este o principal perigo de uma Ideologia.

IX

A Agenda 21 é o documento primordial para a construção do Desenvolvimento Sustentável, funcionando como um receituário de novas práticas no território. Apesar de sua estrutura difusa, com algumas proposições estanques, de forma alguma se apresenta como documento débil. É, ao contrário, o maior instrumento de propagação e aceitação deste novo modelo de desenvolvimento.

Seu receituário é adotado por diferentes empresas e indústrias, como forma de certificação ambiental e *marketing*, com retorno vigoroso na forma de lucros. O Estado, nas diferentes esferas de poder, observa em seus capítulos mecanismos de reestruturação urbana, criação de novos usos sustentáveis de diferentes setores e manejo mais adequado da natureza, e conseguem cooptar a sociedade civil, muitas vezes, a lutar em prol de suas propostas. A educação ambiental¹⁶ e a ciência voltada para a sustentabilidade, baseadas em capítulos da Agenda 21, completam o processo de treinamento e adequação.

PRÁXIS¹⁷

X

A transformação sócio-ambiental não está contida nesta Ideologia. Uma idéia dominante não serve para a classe submissa¹⁸. É necessário ir além do Desenvolvimento Sustentável¹⁹.

NOTAS:

¹ O Clube de Roma foi um núcleo de estudos, iniciado em 1968, com financiamento da Volkswagen Foundation (entre outras empresas), de diversos intelectuais, cientistas, economistas e educadores na cidade de Roma, cujo intuito era prescrever uma resposta adequada e vigorosa aos problemas globais, que publicou um importante e sombrio estudo, concluído em 1971, intitulado “*Os Limites do Crescimento*” (“*The Limits of Growth*”). Elaborado pelos cientistas do MIT (Instituto Tecnológico de Massachussets), com a liderança de Dennis Meadows, este estudo elegeu a pressão exercida pelo elevado crescimento populacional mundial sobre os recursos naturais como principal elemento a ser analisado, e apresentava uma conotação *pessimista* e rotunda sobre o futuro da humanidade. Com um alicerce neomalthusiano – referência comum após o aumento das taxas de crescimento populacional do pós-guerra – que utilizava determinados pressupostos do pensamento ecologista, o “*Limites do*

Crescimento” (ou Relatório Meadows) teve grande impacto, colocando a questão ambiental, definitivamente, na agenda política internacional (OLIVEIRA, 2006, p. 43).

² Em Estocolmo (Suécia), foi realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Sobre este grande evento, não são poucos autores (BECKER, 1995, p. 294; BRANDENBURG, 1999, p. 61; MENDONÇA, 1998, p.46; SACHS, 2000, p. 48) que o destacam como um momento salutar nesta ordem de adequação do uso dos recursos naturais. É importante destacar que esta conferência não conseguiu promulgar uma idéia consensual que conclamasse os países centrais e periféricos a executarem estratégias comuns, pois Estocolmo foi o palco do confronto entre os chamados “Zeristas” – aqueles que defendiam a contenção do desenvolvimento econômico como maneira de evitar o esgotamento dos recursos naturais (países desenvolvidos) – contra os “Desenvolvimetistas” – grupo marcadamente formado por países periféricos que reivindicavam o crescimento econômico, ainda que com o ônus da poluição (EVASO, 1992, p. 94; RODRIGUES, 1993, p. 120).

³ O “*Nosso Futuro Comum*” (1988) ou simplesmente *Relatório Brundtland*, foi o resultado dos quatro anos de esforços da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento (CMMAD), aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1983, e presidida pela primeira ministra norueguesa (e líder do partido trabalhista) Gro Harlem Brundtland, com o objetivo de apreciar possíveis “soluções” para os grandes problemas ambientais (e sociais), visando paulatinamente indicar a implementação de mudanças práticas e apontar os principais entraves para a execução das reformas propostas. O Relatório Brundtland elegeu a necessidade da consecução do Desenvolvimento Sustentável – ajustado aos pressupostos do Neoliberalismo Econômico – como base para uma utilização mais adequada da natureza para satisfação das necessidades humanas. Este relatório não foi pioneiro no uso da terminologia Desenvolvimento Sustentável (surgida em trabalho anterior, intitulado “*Estratégia de Conservação Mundial*”, resultado dos esforços das ONG’s UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza e WWF – *World Wide Fund for Nature*, ou melhor, Fundo Mundial para a Natureza, em solicitação do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no ano de 1980. Ver.: BAYLISS-SMITH, 1996, p.130; BARBIERI, 2001, p. 23), mas, efetivamente, é a partir da formação da CMMAD que o Desenvolvimento Sustentável ganha contornos mais incisivos.

⁴ A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO – 92), programada durante convocação da ONU em 22 de dezembro de 1989, reuniu o incrível número recorde de delegações de 178 países (VIEIRA, 2002, p. 51). A ECO – 92 foi a grande responsável pelo acordo de celebração do modelo de Desenvolvimento Sustentável em caráter global, com a adoção da Agenda 21 como receituário dos países signatários. Esta conferência foi realizada no Brasil, um país periférico de industrialização tardia (que tão bem representa o gigantesco grupo de nações dependentes), mas que apresenta uma cultura rica e diversificada, ilustrada por uma explosão de ritmos e festas proeminentes e um vasto calendário de espetáculos internacionais, ou seja, uma perfeita indicação de palco para a celebração do Desenvolvimento Sustentável. Além disso, o Brasil, com um governo tipicamente neoliberal e adequado aos pressupostos do Consenso de Washington, despertava a atenção mundial por outra grande especificidade: em seu território localizava-se a maior parte da *Amazônia*, vasta floresta equatorial, com imensa diversidade de espécies animais e vegetais e de imensurável valor econômico. Ou seja, dentro desta geopolítica, onde o escopo primaz é a gestão da natureza enquanto mercadoria, as riquezas amazônicas, atuais e futuras (com as pesquisas sobre o

capital genético) colocavam o Brasil no epicentro de toda a discussão.

⁵ A assinatura da Agenda 21 foi o grande ato simbólico da Conferência do Rio de Janeiro, o marco crucial mais contundente da efetivação do Desenvolvimento Sustentável enquanto nova ordem. A partir da ECO – 92, a Agenda 21 herdou a patente de receituário comum e universal, de países centrais ou periféricos, de industriários ou trabalhadores. A realização da Conferência Rio + 10, que ocorreu no ano de 2002 em Joannesburgo, na África do Sul, foi sintomática: com grande participação empresarial e menor cooptação de movimentos populares, serviu apenas para ratificar a Agenda 21, e conseqüentemente o Desenvolvimento Sustentável como um modelo global obrigatório de adequação sócio-ambiental.

⁶ De maneira geral, os “ideólogos” capitalistas enxergam toda a *problemática ambiental* como um problema de ordem técnica, onde, a partir de novos inventos tecnológicos, será possível contorná-la. Ou seja, entendem a reversibilidade dos problemas ambientais na constituição de aparatos não-poluentes ou filtrantes, na reprodução de espécies em cativeiro, ou ainda, na “cientifização ecológica” das decisões econômicas, pois acreditam na “*capacidade redentora da técnica*” (GONÇALVES, 1992, p. 61), entendendo-a sob uma aparência “neutra” (RODRIGUES, 2006,

p. 108) e através de um conceito dominante da articulação entre tecnologia e natureza (SANTOS, 1998, p. 38).

⁷ Existe uma “tensão teórica” na gestão deste novo paradigma, pois suas bases conceituais são difusas e muitas vezes anacrônicas. Edgar Morin aponta a necessidade de um paradigma baseado na *complexidade* alicerçado em uma transdisciplinaridade, onde as matrizes científicas ora separem-se, ora associem-se de acordo com a emergência da realidade (MORIN, 1996), no respeito à incompletude do conhecimento, e superem a divisão em ciências naturais e sociais, como nos lembra Boaventura de Souza SANTOS (1996). Afinal, Morin se esforça em mostrar a necessidade de estudar as exigências da democratização para entendermos o *tempo presente*. Já Enrique Leff, que tem vigorosa obra sobre o que denominou de “epistemologia ambiental”, e lembra que esta constante necessidade de consenso / dissenso e associação / ruptura se deve ao fato de que o entendimento do mundo atual deve ser *holístico* e *sistêmico*, “capaz de perceber as inter-relações entre os diferentes processos que incidem e caracterizam seu campo problemático” (LEFF, 2002). Em outras palavras, o estudo científico contemporâneo deve ser holístico (do grego, “holos”, “totalidade”), assim como o conhecimento deve

ser sistêmico, em uma alusão à “ecologização das disciplinas” (MORIN, 2001).

⁸ Já emitimos nossa opinião sobre o Choque do Petróleo, em 1973, quando asseveramos que “o choque causado pelo aumento dos preços e embargo árabe às exportações do petróleo ao Ocidente gerou uma crise de proporções gigantescas, pois debilitou o consumo de energia e desestabilizou os mercados financeiros mundiais (HARVEY, 2004, p. 136). O “choque do petróleo” foi o resultado da decisão da OPEP de exigir valores mais elevados pelos recursos naturais de seus membros (CARVALHO, 1997, p. 112). Esta decisão incrustava na balança de poderes centro / periferia uma nova intempérie na reprodução constante da relação internacional então existente: países periféricos não obedecendo ao pacto de sustentação e expondo a máquina econômica capitalista à perigosa falta da natureza-combustível. Destarte, a preocupação não poderia ser somente a obliteração da natureza enquanto recurso; também ficava claro que uma gestão protocolar dos recursos naturais dos países periféricos era vital, para que assim se impedisse choques decorrentes da falta de fornecimento dos recursos naturais pela periferia” (OLIVEIRA, 2005, p. 34-35).

⁹ Apontamos uma metamorfose da fórmula de domínio do território, agora em forma de

patente, propriedade intelectual e controle do capital técnico-científico. Ou seja, podemos enxergar a crise ambiental como uma possibilidade de criação de um novo olhar para com o espaço, que de forma alguma afasta a condição de “recurso” que o capitalismo enxerga natureza e ainda mantém o território como fonte de riqueza a ser controlada por poucas mãos. Ou seja, o *Desenvolvimento Sustentável* é uma forma impositiva e neoliberal de tratar o desenvolvimento, que mantém a natureza enquanto reserva de valor exclusiva de uma classe, com a prática de um Novo Colonialismo (REBÊLO Jr., 2002), ou mesmo, um Novo Imperialismo (HARVEY, 2005 *apud* RODRIGUES, 2006a).

¹⁰ Marcos NOBRE (2002, p. 71) demonstra em sua obra como a construção do Desenvolvimento Sustentável é uma operação diplomática, ideológica e social, de grande envergadura, que “solucionou” – ao menos no plano teórico – a contradição entre desenvolvimento e meio ambiente. De certa forma, o autor relata que o *Desenvolvimento* venceu o *Sustentável*: a vitória das propostas do Banco Mundial na Conferência do Rio de Janeiro mostrou com clareza como se privilegiou o desenvolvimento, e o quanto a crise ambiental seria enfrentada, a partir dali em definitivo, com a manutenção das diferenças Norte x Sul. Vale acrescentar ainda que,

conforme atentamos em ocasião anterior (OLIVEIRA, 2007), que o Desenvolvimento Sustentável e o Neoliberalismo Econômico são faces da mesma moeda deste grande processo de adaptação do Capitalismo às novas necessidades (baseadas em contradições pretéritas) dos dias atuais, onde ambas concepções são máscaras de um grande processo – em curso – de reestruturação produtiva do capital.

¹¹ Como sabemos, o Modo de Produção Capitalista baseia-se na produção de mercadorias, onde a transformação do dinheiro (medida para troca) em capital ocorre mediante a fórmula geral $D - M - D'$, que acaba sendo a gênese da ocorrência do capital, pois se torna o mecanismo (um processo permanente) de acumulação. O objetivo é a extração da mais-valia, que se configura como a riqueza retirada, de forma alienada, sobre o trabalho humano – que também se transforma em mercadoria – e passa a ser considerado trabalho abstrato (sem consciência de seu valor real). Entendemos que a absorção da mais-valia sobre o trabalho humano reflete-se também sobre a natureza, com a expansão global de sua apropriação em prol do valor-de-troca (que não contempla as necessidades da coletividade, mas sim do lucro). O trabalho, enquanto produção de coisas úteis para preenchimento das necessidades humanas (SMITH, 1988, p. 78) e também o

aprofundamento dos laços entre os membros da sociedade através da cooperação (ENGELS, 1978, p. 175), torna-se alienado sob os auspícios do capitalismo, pois os trabalhadores não se reconhecem em seu trabalho, e este não mais serve para satisfação de suas necessidades. Além disso, o trabalho deixa de ser interação metabólica (SMITH, op. cit., p.71) entre homem e natureza, e passa a ser mercadoria. No Capitalismo, o trabalho é uma mercadoria (MARX, 2001a, p. 77), bem como a natureza, que é entendida como algo externo aos homens, e assim toda a produção fica voltada eminentemente para o lucro. Logicamente, está em curso uma nova relação com o *território*, com um maior cuidado em relação aos estoques de natureza-combustível necessários para a produção de mercadorias, mas que de maneira alguma modifica profundamente a relação exploratória para com a natureza presente no Capitalismo, onde é aplicado um valor-de-troca nos homens, na natureza e no trabalho.

¹² Podemos afirmar se lembrarmos as proposições (contidas em um estudo de caso) de José Sérgio Leite LOPES (2004, p. 235), que assistimos uma “ambientalização do conflito social”, onde a questão ambiental está sendo utilizada como fator de cooptação social e que a noção de Desenvolvimento Sustentável passa a servir como dissimulação de outras questões relevantes contidas na ordem territorial vigente.

¹³ Lembramos os ensinamentos de Arlete Moysés RODRIGUES (2006, p. 107), que esclarece que “*a matriz discursiva relacionada à problemática ambiental desloca as análises da produção para o consumo e, principalmente, de conflitos e contradições de classes, para conflitos entre gerações. A geração presente deve preservar o ‘bem comum’ da humanidade para as gerações futuras. Para as gerações futuras ou para o capital?*” Fica evidente, na articulação da autora, que não existe concretamente conflito entre gerações, ou seja, os conflitos de classes / países são eclipsados em prol de um suposto conflito imaterial e irracional. Isto é, o Desenvolvimento Sustentável enquanto idéia dominante desconfigura a luta.

¹⁴ Segundo Marilena CHAUI (1982, P. 87-88), o papel primaz da ideologia “*é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam idéias ‘verdadeiras’*. Seu papel também é o de fazer com que os homens creiam que tais idéias representam efetivamente a realidade. E enfim, também é seu papel fazer com que os homens creiam que essas idéias são autônomas (não dependem de ninguém) e que representam realidades autônomas (não foram feitas por ninguém)”.

¹⁵ Marcos NOBRE (2002, p. 41), entre muitos autores, nos aponta que o Desenvolvimento Sustentável é uma idéia vaga. Afinal, por que o

Desenvolvimento Sustentável é uma concepção considerada vaga? Em um esforço de resposta para esta questão, apontamos que o Desenvolvimento Sustentável é uma idéia vaga porque: [1] Corresponde a um amálgama de estratégias estanques em documentos prolixos; [2] Não elucida os sujeitos capazes de sua execução, e ainda descaracteriza as particularidades, desde entre classes sociais até a de países (o conflito de gerações, conforme RODRIGUES, 2006 e 2006a); [3] Suas proposições não têm perspectiva temporal (não cria prazos) de realização de suas metas, nem tampouco espacial; [4] Utiliza o complexo conceito de necessidade, sem que faça um debate profícuo sobre o seu significado, pois conforme lemos em MARX (2001), o capitalismo cria necessidades; [5] Não há clareza sobre o significado de desenvolvimento, deixando ainda menos evidente o que se deve mudar no atual modelo.

¹⁶ Sobre esta questão (a relação entre Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental) consultar: BRÜGGER, 1994, e OLIVEIRA, 2001, 2003 e 2006a.

¹⁷ A *práxis*, entendida a partir das Teses sobre Feuerbach (MARX, 2001a), pode ser apontada como o amálgama entre pensamento crítico e ação revolucionária. As classes dominantes criam idéias hegemônicas e sectárias que priorizam a manutenção da exploração: estas

idéias constituem *ideologias*, ou seja, representam a visão de mundo das classes mais abastadas e visam ocultar a luta de classes. As idéias das classes exploradas pressupõem mudanças, transformações e revoluções: podem, então, serem denominadas *práxis*, pois significa crítica e ação, consciência e luta. Afinal, não basta entendermos o mundo de diferentes maneiras, mas devemos transformá-lo.

¹⁸ Assim, entendemos que “*o Desenvolvimento Sustentável não está comprometido com a satisfação das necessidades humanas presentes ou futuras, mas sim com as necessidades do capital. Lutar pela implementação do Desenvolvimento Sustentável é acatar da bula imposta pela classe dominante. É trabalhar pela sustentabilidade do status quo*” (OLIVEIRA, 2005a).

¹⁹ Ruy MOREIRA (1987, p. 145) garante que o “*processo de crítica é o primeiro grito por uma transformação*”. Entretanto, ir além do Desenvolvimento Sustentável pode ser concordar com Boaventura de Souza SANTOS (2006), que propõe radicalizar nossa concepção de democracia, com novas formas de politização (da técnica, da natureza, do espaço, do trabalho etc.) e novas teorias emancipatórias. Ou seja, devemos revalorizar as ideias de igualdade, autonomia e solidariedade (Id, Ibidem, p. 278). São alternativas sérias para a

construção de uma nova e uma contundente *práxis*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *A Agenda 21*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Ed. Técnicas, 1996. 598 p.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: As Estratégias de Mudanças da Agenda 21*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001. 159 p.

BAYLISS-SMITH, Tim; OWENS, Sandra. O Desafio Ambiental. In GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (orgs.). *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. 310 p.

BECKER, Bertha K. "A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável" In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.) *Geografia, Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p.

BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura Familiar, ONG's e Desenvolvimento Sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR, 1999. 325 p.

BRÜGGUER, Paula. *Educação ou Adestramento Ambiental?* Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1994. 142 p.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. 430 p.

CARVALHO, Pompeu F.; MAURO, Cláudio A.; COSTA, José L. R. A Questão Ambiental Demandando uma Nova Ordem Mundial. In: SOUZA, Maria Adélia A.; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Mônica (orgs.). *O Novo Mapa do Mundo. Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica*. São Paulo: HUCITEC, 1997. 244 p.

DIEGUES, Antonio C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 169 p.

ENGELS, Friedrich. *Dialética da Natureza*. Lisboa: Editorial Presença, 1978. 340 p.

EVASO, Alexander S. BITTENCOURT Jr., Clayton; VITIELLO, Márcio A.; NOGUEIRA, Sílvia M.; e RIBEIRO, Wagner C. Desenvolvimento Sustentável: Mito ou Realidade? In: *Revista Terra Livre*. Geografia, Política e Cidadania, São Paulo, AGB, n.º 11-12, p. 91-101, 1992. 272 p.

GONÇALVES, Carlos W. P. Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável. In: *Revista Terra Livre*. Geografia, Política e Cidadania,

São Paulo, AGB, n.º 11-12, p. 9-76, 1992. 272 p.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 13. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 349 p.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. 240 p.

LOPES, José Sérgio Leite. "A Ambientalização dos Conflitos em Volta Redonda" In: ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. 296 p.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo, Martin Claret, 2001. 196 p.

_____; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001a. 119 p.

MENDONÇA, Francisco. *Geografia e Meio Ambiente*. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 1988. 80 p.

MOREIRA, Ruy. *O Discurso do Averso (E para a Crítica da Geografia que se Ensina)*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. 190 p.

_____. *O Círculo e a Espiral: Para a Crítica da Geografia que se Ensina – I*. Niterói / RJ: Edições AGB – Niterói, 2004. 191 p.

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 344 p.

_____. *A Cabeça Bem-Feita: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 128 p.

NOBRE, Marcos. "Desenvolvimento Sustentável: Origens e Significado Atual" In: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. *Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de um Conceito*. Brasília – DF: Edições IBAMA, 2002. 376 p.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável no Ensino da Geografia*. 2001. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ-FFP), São Gonçalo / RJ, 2001. 176 f.

_____. O Ensino de Geografia e o Desenvolvimento Sustentável: Espectros de uma idéia dominante de nossa época. In: 7.º ENPEG – ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 2003, *Anais*. Vitória, AGB - Espírito Santo, 2003. 1 CD-ROM.

_____. A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: Notas para Reflexão. In: *Revista Tamoios*, Rio de Janeiro, UERJ-FFP, v. I, n. 2, p. 33-38, 2005. 63 p.

_____. O Papel do Desenvolvimento Sustentável na Reestruturação Territorial da Cidade de Volta Redonda / RJ. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADES MÉDIAS, 2006, Uberlândia. *Anais do II*

Simpósio Internacional sobre Cidades Médias: Dinâmica Econômica e Produção do Espaço Urbano. Uberlândia – MG, Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Instituto de Geografia, 2006.

_____. *A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia*, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2006. 204 p.

_____. A Construção do “Desenvolvimento Sustentável” sob a Égide do Neoliberalismo: Um Estudo sobre a Economia Política da “Crise Ambiental”. In: 5.º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007, Campinas. *Comunicações 5º CEMARX*. Campinas: Unicamp, 2007. 1 CD-ROM.

REBÊLO JÚNIOR, Manoel. *O Desenvolvimento Sustentável: A Crise do Capital e o Processo de Recolonização*. 2002. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002. 213 f.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Espaço, Meio Ambiente e Desenvolvimento: Releituras do Território. In: *Revista Terra Livre*. Geografia, Política e Cidadania, São Paulo, AGB, n.º 11-12, p. 77-90, 1992. 272 p.

_____. Novas práticas e novas matrizes discursivas? In: SOUZA, Maria Adélia A.; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Mônica (orgs.). *O Novo Mapa do Mundo. Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica*. São Paulo: HUCITEC, 1993. 244 p.

_____. “Desenvolvimento Sustentável: Dos Conflitos de Classes para o Conflito de Gerações”. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; DANTAS, Eustógio W. Correia (Orgs.). *Panorama da Geografia Brasileira II*. São Paulo: Annablume, 2006. 307p.

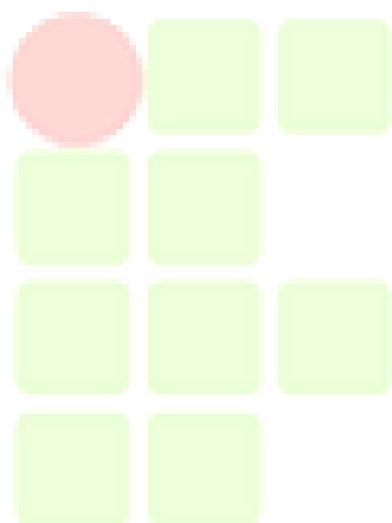
_____. “Problemática Ambiental = Agenda Política: Espaço, Território e Classes Sociais”. In: *Boletim Paulista de Geografia*, v. 83, p. 91-110, 2006a.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96 p.

SANTOS, Boaventura de S. *Um Discurso sobre as Ciências*. 8. Ed. Porto: Edições Afrontamento, 1996. 92 p.

SANTOS, Laymert G. dos. “Tecnologia, Natureza e a ‘Redescoberta’ do Brasil”. In: ARAÚJO, H. R. de. (Org.) *Tecnociência e Cultura: Ensaio sobre o Tempo Presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO